

# **Um estudo sobre as conexões do Movimento dos Atingidos por Barragens nas enchentes do Rio Grande do Sul: novas bases sociais e heterogeneidade estatal<sup>1</sup>**

A study on Movimento dos Atingidos por Barragens' connections during the Rio Grande do Sul floods: new social bases and state heterogeneity

**Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa**

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

**Vinícius Corrêa**

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

## **RESUMO**

O Movimento dos Atingidos por Barragens atuou intensamente nas enchentes do Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024, tornando-se um agente de proteção e defesa civil. Para isso, construiu uma cozinha solidária em Canoas (Rio Grande do Sul), que se tornou uma tática de recrutamento de militantes entre os atingidos. Este artigo analisa como um movimento social reagiu a um desastre, mobilizando-se e se inserindo em novos territórios, ao mesmo tempo em que estabeleceu vínculos com a população afetada. Além disso, tematiza as interações entre formas de ativismos e a noção de heterogeneidade estatal, entendida como coletivos instáveis definidos de maneira relacional. A metodologia é qualitativa, formulada a partir de uma visita de campo em novembro de 2024 com militantes da organização em Canoas e Porto Alegre, quando os pesquisadores observaram uma cozinha solidária, um centro de distribuição e realizaram rodas de conversa com famílias atingidas e recrutadas. As técnicas de pesquisa foram a observação direta, entrevistas abertas e semiestruturadas e a análise de documentos. A discussão de dados se refere à atuação da organização nas enchentes para compreender como suas práticas de proteção e defesa civil favoreceram o desenvolvimento de estratégias de enraizamento e os agenciamentos construídos em relação aos atores estatais. Conclui-se que o Movimento dos Atingidos por Barragens construiu inovações organizacionais

<sup>1</sup> Esse artigo foi financiado com bolsa de mestrado DS-Capes cedida ao coautor, assim como pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES) para realização do trabalho de campo.

---

Recebido em 9 de março de 2025.  
Avaliador A: 30 de maio de 2025.  
Avaliador B: 27 de junho de 2025.  
Aceito em 4 de agosto de 2025.



de recrutamento durante as enchentes, assim como utilizou repertórios cooperativos e conflitivos perante o Estado.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, Estado, Movimento dos Atingidos por Barragens, Desastres socioambientais, Enchentes no Rio Grande do Sul.

## **ABSTRACT**

The Movement of People Affected by Dams was intensely active during the floods in Rio Grande do Sul in 2023 and 2024, becoming an agent of protection and civil defense. To this end, it built a solidarity kitchen in Canoas (Rio Grande do Sul), which became a tactic for recruiting activists among those affected. This article analyzes how a social movement reacted to a disaster, mobilizing and inserting itself into new territories while establishing links with the affected population. In addition, it addresses the interactions between forms of activism and the notion of state heterogeneity, understood as unstable collectives defined in a relational manner. The methodology is qualitative, based on a field visit in November 2024 with activists from the organization in Canoas and Porto Alegre, when the researchers observed a solidarity kitchen, a distribution center, and held roundtable discussions with affected families who had been recruited. The research techniques were direct observation, open and semi-structured interviews, and document analysis. The discussion of data refers to the organization's performance during the floods in two dimensions: understanding how its civil protection and defense practices favored the development of rooting strategies, and the agencies built in relation to state actors. It is concluded that Movement of People Affected by Dams built organizational innovations in recruitment during the floods, as well as using cooperative and conflictive repertoires in relation to the state.

**Keywords:** Social movements, State, Movement of the People Affected by Dams, Social-environmental disasters, Rio Grande do Sul floods.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo faz parte de um projeto de pesquisa de pós-graduação que integra uma equipe de pesquisadores vinculados a um grupo de pesquisa interessado nos conflitos socioambientais

acentuados com as enchentes<sup>2</sup> do Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024. Estuda o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que atuou como agente de proteção e defesa civil durante esse desastre.

O Movimento dos Atingidos por Barragens é uma organização de movimento social focada na defesa de populações atingidas pela construção de barragens, especialmente aquelas construídas a partir da década de 1980, como consequência da expansão do modal hidrelétrico do país. No Rio Grande do Sul, a organização atua desde 2023 com atingidos por eventos climáticos extremos, que resultaram no alagamento dos municípios do estado.

A organização foi fundada formalmente em 1991, oriunda de uma confluência de organizações populares como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos de trabalhadores rurais, escolas sindicais e centros de educação popular (Scherer-Warren; Reis, 2008). A articulação dessas organizações criou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens no começo da década de 1980, que mobilizou agricultores atingidos contra a instalação de 25 usinas hidrelétricas no vale do Rio Uruguai, na região sul do Brasil (Sigaud, 1986). Outra experiência importante na mesma década foi a organização de atingidos no norte do Brasil, em Rondônia, e no Nordeste (em torno do Rio São Francisco). Essa diversidade tinha em comum os laços com igrejas progressistas católicas e luteranas, sindicatos rurais e a proximidade com o Partido dos Trabalhadores (PT), o que levaria à unificação nacional, dando origem ao MAB (Foschiera, 2010).

A luta dos atingidos até meados da década de 1990 era pela terra, devido à desestruturação da atividade econômica, social e cultural produzida pela instalação de barragens. A palavra de ordem “Terra pela Terra” era direcionada ao Estado, entendido como um adversário promotor dos interesses de grandes proprietários e do desenvolvimento capitalista (Foschiera, 2010). A partir de 2006, o MAB realizou uma virada no II Encontro dos Atingidos por Barragens e passou a buscar redes de movimentos sociais, reforçando a matriz marxista de sua visão de mundo, aproximando-se de setores urbanos da sociedade (Foschiera, 2010) e aprofundando sua visão sobre o Estado, que deixou de ser tratado como um adversário direto (Scherer-Warren; Reis, 2008).

Atua em torno da ideia de “atingido”, conceito que define uma coletividade pertencente a uma população negativamente afetada por alguma mudança socioambiental (Vainer, 2008). Pretende lutar por direitos, demandando ao Estado o atendimento às mudanças na vida dos

---

2 Emprega-se neste artigo o termo “enchente” por acompanhar o vocabulário dos interlocutores, que o utilizam de modo recorrente para se referir aos eventos de transbordamento e alagamento. Trata-se, portanto, de uma categoria êmica, cuja adoção busca preservar a forma como os próprios atingidos nomeiam e interpretam o fenômeno. Em termos técnicos, “enchente” designa a elevação do nível das águas dentro do leito do rio, enquanto “inundação” se refere ao extravasamento desse leito para áreas adjacentes.

atingidos, sejam elas produtivas, sociais, culturais ou psicológicas, como sancionado pela Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens — PNAB (Brasil, 2023).

No caso do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, algumas barragens se romperam por conta da vazão aumentada dos rios, como a barragem “14 de julho”, que intensificou as enchentes em municípios no Vale do Taquari. A atuação do MAB em território gaúcho não se restringiu aos atingidos pelas enchentes amplificadas pelas barragens, pois o movimento atendeu às regiões metropolitana, alto Uruguai e fronteira noroeste. A organização expandiu seus interlocutores, militantes e a população-alvo, incorporando os atingidos de eventos climáticos extremos.

O objetivo do artigo é relacionar as práticas de proteção e defesa civil ao desenvolvimento de estratégias de enraizamento do Movimento dos Atingidos por Barragens e, especificamente, procura compreender as articulações mobilizadas pela organização em relação ao Estado. Nesse sentido, foi realizado um mapeamento das interações da organização com os atingidos, compreendendo como estes se integram por meio de vínculos sociais a partir das enchentes e como o MAB opera enquanto mediador das reivindicações populares.

Recentemente, diversos autores propuseram pensar desastres como processos que se estendem ao longo do tempo, marcados por eventos críticos, enraizados nas coletividades, em que as políticas de afetação se desenvolvem enquanto novas interações entre os atores (Oliver-Smith, 2015; Valencio, 2014; Zhouri *et al.*, 2017; Zhouri, 2023). Pretende-se observar, de um lado, as relações entre Estado e movimento social, e como essas relações podem dar continuidade à afetação do desastre, redesenhandos antigos conflitos sociais; e, por outro, compreender as saídas apontadas pelos movimentos sociais para o sofrimento social decorrente das enchentes.

As organizações foram monitoradas virtualmente durante cinco meses, entre junho e outubro de 2024, e, depois disso, os interlocutores deste artigo foram contatados a partir das redes sociais das organizações e e-mails. O MAB foi contatado por meio de uma das redes de contato pessoal de um dos pesquisadores da equipe. Foram marcados dois encontros presenciais para observação direta de atividades do movimento e visita a residências de atingidos selecionados pela organização em Canoas e Porto Alegre, ocorridos em novembro de 2024.

As organizações da sociedade civil são contempladas, legalmente, dentro da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)<sup>3</sup>. Em Canoas, a organização se responsabilizou por distribuir doações de alimentos, roupas, kits de limpeza e, principalmente, marmitas. Em Porto Alegre, a organização participou de cozinhas solidárias em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que coordena uma cozinha solidária vinculada ao programa federal homônimo no bairro Azenha.

---

<sup>3</sup> Como definido pelo art. 8 da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Nº 12.608/2012) (Brasil, 2012), organizações privadas e comunitárias são agentes de proteção e defesa civil como voluntários, em caráter suplementar aos agentes públicos e políticos.

Após o período emergencial — tanto em 2023 quanto em 2024 — o MAB organizou a população atingida em grupos de base. Outras organizações também fizeram parte do esforço de proteção e defesa civil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, organizou brigadas de militantes do Paraná e do Brasil para ações de solidariedade. O MTST foi importante por criar de cozinhas solidárias, indicando a relevância dos movimentos sociais brasileiros em resposta às crises humanitárias.

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2023 e 2024 não foram um desastre súbito, pois a região metropolitana de Porto Alegre, em particular, ocupa uma área de alto risco hidrológico, com registros de cheias significativas desde 1941. O impacto humano foi devastador: 183 mortes, mais de 629 mil deslocados (Temporal, 2024) e bairros inteiros submersos por semanas, como o Sarandi, onde as águas chegaram a três metros de altura (Souza, 2024). Durante visitas de campo, moradores relataram perdas materiais quase totais e dependência prolongada de ajuda emergencial — seja do Estado ou de iniciativas comunitárias.

A gestão pública das enchentes em Porto Alegre é marcada por contradições. Desde os anos 1970, a cidade contava com um Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), responsável pela drenagem pelas comportas de contenção. Em 2018, no entanto, o DEP foi absorvido pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) sob a justificativa de “desburocratização” (Porto Alegre, 2025). Uma auditoria do Tribunal de Contas em 2020 revelou que, apesar do superávit financeiro do DMAE, houve precarização dos investimentos em infraestrutura entre 2015 e 2019, levando à suspensão de contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para privatização.

Os eventos recentes expuseram a fragilidade do sistema, pois a drenagem urbana não foi projetada para volumes tão extremos, e a falta de coordenação entre governos atrasou respostas emergenciais. Em Canoas, por exemplo, moradores ignoraram alertas de evacuação após repetidos alarmes falsos, enquanto em Porto Alegre, famílias resistiram a deixar suas casas por medo de saques — um reflexo da desconfiança nas instituições.

Esse cenário corrobora a avaliação da abordagem antropológica do desastre, cujos danos e efeitos são socialmente distribuídos em função de fatores sociais, políticos, culturais e outros (Oliver-Smith, 2015). Como veremos adiante, determinadas populações no Rio Grande do Sul receberam reduzida ou nenhuma resposta emergencial do Estado, assim como áreas periféricas da capital e região metropolitana foram severamente afetadas (Valencio, 2014). Outra questão crucial no debate sobre os impactos de eventos climáticos envolve os conceitos de injustiça e racismo ambiental (Acselrad; Campêlo, 2009; Herculano; Pacheco, 2006).

A cronologia do desastre foi sintetizada por um agente da Defesa Civil em uma metáfora recorrente entre os atingidos: “Primeiro, a água veio na canela, depois chegou na cintura, e

agora subiu até os telhados”<sup>4</sup>. Essa expressão captura a progressão da crise de alagamentos sazonais em áreas vulnerabilizadas, passando por chuvas intensas que comprometeram serviços básicos e exigiram remoções em massa até o colapso de diques e a submersão de residências, demandando operações de resgate em larga escala.

Essa expressão captura a progressão da crise, sobretudo em áreas tradicionalmente vulnerabilizadas. Um “atingido-militante” do MAB descreveu: “A população do Sarandi criou seus filhos com água na canela”<sup>5</sup>. “Água na cintura” (final de 2023), quando chuvas intensas elevaram o nível das águas. “Água no telhado” (maio de 2024) representa o colapso de diques e a submersão de residências.

Essa sequência revela mais do que falhas pontuais: é a manifestação do que Stengers (2015) chama de “intrusão de Gaia” — a irrupção incontrolável de forças naturais em sistemas urbanos que ignoraram sua própria vulnerabilidade. Em um contexto marcado pelas mudanças climáticas, pela obsolescência das infraestruturas e por uma governança predominantemente reativa, as iniciativas populares de enfrentamento aos desastres emergem como tentativas de transformação concreta da realidade das populações atingidas. Essas ações, além de sua relevância prática, constituem objetos valiosos de análise para as ciências sociais.

A atuação do MAB nas enchentes do Rio Grande do Sul revela uma reinvenção estratégica. Tradicionalmente focado em conflitos ligados a barragens, o movimento expandiu sua base de mobilização para incluir vítimas de desastres ambientais, utilizando as cozinhas solidárias não apenas como ação emergencial, mas como ferramenta de recrutamento e enraizamento comunitário.

Essa adaptação reflete um cenário em que os diferentes órgãos do Estado falharam em responder à crise, e o MAB passou a ocupar o vazio institucional. Como demonstrará o artigo, o movimento opera em um hibridismo de táticas, desde a pressão por políticas públicas até alianças com setores do Judiciário. A experiência no Rio Grande do Sul sugere que os movimentos sociais podem, diante da “intrusão de Gaia”, redefinir suas bases de atuação, convertendo a vulnerabilidade coletiva em força organizativa.

Relações entre movimentos sociais e Estado têm sido estudadas sob um marco teórico que contesta a dicotomia entre ambos, como se fossem polos antagônicos. Dessa forma, pode-se falar em um Estado “heterogêneo”, em que operam um conjunto de instituições e atores (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Esses estudos foram importantes para questionar a separação rígida e conflituosa entre esses actantes, sinalizando teoricamente para um pressuposto de constituição

---

<sup>4</sup> Roda de conversa com agentes da Defesa Civil de Porto Alegre, em 21 de novembro de 2025.

<sup>5</sup> Roda de conversa com atingidos organizados pelo MAB, no bairro Sarandi em Porto Alegre, 22 de novembro de 2024.

mútua (Lavalle *et al.*, 2018).

Para os objetivos deste artigo, optou-se por considerar Estado e movimentos sociais como coletivos instáveis que se produzem mutuamente em relação (Rosa; Penna; Carvalho, 2020). Para isso, mobiliza-se o conceito de agenciamento para priorizar as conexões entre os coletivos que interessam à pesquisa. Nesse sentido, suas performances relacionais são descritíveis a partir dos dados empíricos coletados, sobretudo a partir de suas controvérsias (Latour, 2012; Penna, 2018). Considera-se que as interações entre movimento social e Estado passam por agenciamentos distintos, a depender do contexto e dos atores implicados na relação.

Comerford, Almeida e Palmeira (2014) estudaram a participação social de movimentos rurais em conselhos participativos da administração federal, e perceberam como os movimentos sociais analisam o Estado como uma entidade heterogênea. Assim, há zonas mais e menos acessíveis, de acordo com o grau de abertura às suas demandas (Lavalle *et al.*, 2018).

As ações do MAB com a população atingida pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), oferecem um interessante caso dessa abordagem, pois demonstram como as relações com o Estado podem combinar cooperação e conflito (Carlos, 2019). Naquela ocasião, o Estado era ao mesmo tempo algoz — por conceder às companhias mineradoras a capacidade de se autogovernarem na institucionalidade dos desastres — e aliado, quando atendeu demandas de participação social dos atingidos.

A metodologia do artigo é qualitativa, abrangendo as técnicas da observação direta, entrevista aberta, entrevista semiestruturada e análise de documentos, especificamente o site e uma página de rede social do MAB. As observações foram realizadas entre 18 e 22 de novembro, em Canoas e Porto Alegre, e a coleta de dados secundários no ambiente virtual foi realizada entre os dias 26 de março de 2025 e 7 de abril do mesmo ano.

Em Canoas, os pesquisadores foram convidados a acompanhar uma militante do MAB, responsável por oito grupos de atingidos na cidade. As visitas compreenderam: uma sede sindical, que se transformou temporariamente em um centro de distribuição de doações; uma cozinha solidária, que foi desativada após outubro de 2024; a casa de um casal atingido no bairro Mathias Velho (ambos tinham em torno de 60 anos de idade), que foram voluntários nas cozinhas solidárias do MAB. Esse casal tornou-se, posteriormente, militante da organização, responsável pela liderança de seu grupo de atingidos. Houve, também, uma visita às reformas do dique localizado no mesmo bairro, que “rompeu”<sup>6</sup> por conta da vazão das cheias.

6 Há uma controvérsia terminológica sobre essa questão, determinados atores falam que o dique da Mathias Velho, em Canoas “extravasou”, outros que “estourou” ou “rompeu”. A mesma controvérsia foi verificada sobre o dique do Arroio Sarandi, em Porto Alegre. A polêmica envolve dinâmicas de responsabilização dos órgãos públicos. Não foi possível averiguar essa questão até o momento da escrita do artigo, por ora foi usado o termo que os interlocutores ligados ao MAB aderem.

Outra militante do MAB guiou os pesquisadores pelas ruas do bairro Sarandi, em Porto Alegre. Viram o estado do dique do Arroio Sarandi, próximo à casa de bombas número 10, assim como os detritos localizados no “além-dique” e as construções que ficavam além da proteção do dique. Nesse local, realizou-se uma conversa com outro casal atingido, de idade similar ao de Canoas, que também ficou responsável pela coordenação de grupos de base.

Durante as visitas, foram realizadas rodas de conversa e entrevistas abertas, pelas quais os pesquisadores procuraram compreender o cenário, coletar relatos e interpretar o ambiente atingido. Todo o procedimento em campo foi realizado sob a perspectiva de Latour (2012), os pesquisadores seguiram os atores para compreender suas associações, prescindindo de teorias explicativas prévias. O debate teórico previamente citado emergiu em resposta à rede de relações vista na realidade, permitindo aos dados empíricos situar as investigações.

Os interlocutores serão identificados por letras para manter seu anonimato. Às dirigentes do MAB foram atribuídos a letra M, sequenciada por outra letra que diferencia cada pessoa (M.A e M.J); essas atuaram como mediadoras em campo para os pesquisadores, ambas sendo entrevistadas abertamente. Com M.A foi feita uma entrevista semiestruturada em 4 de abril de 2025. Por sua vez, os “militantes-atingidos” foram diferenciados por letras maiúsculas seguidas de um ponto final (S., C., D., J., e T.), em que S. e J. participaram de uma das rodas de conversa com atingidos, C., D. e T. foram citados em entrevistas transcritas no texto. Todos os códigos foram selecionados aleatoriamente.

O site do MAB foi comprehensivamente estudado, e foram incluídas na análise 28 notícias veiculadas em seu endereço digital, selecionadas por discutirem sua atuação nas enchentes. Desse corpo, foram selecionadas cinco de acordo com o critério de exclusão, pelo qual os artigos que não se referissem às formas organizativas, como as cozinhas solidárias e grupos de base, ou às interações do MAB com o Estado, foram excluídos. Uma rede social da organização (página do Instagram @mabregiao sul) e notícias em jornais locais (Zero Hora, Correio do Povo e Sul 21) foram utilizadas para complementar informações angariadas em campo ou no site do MAB, sobretudo no que tange às lutas referentes à “Rua Aderbal Rocha Fraga”, discutidas ao fim da discussão de dados empíricos.

O desenvolvimento do artigo está dividido em duas partes, a primeira trabalha as vinculações entre atingidos e o MAB nas ações de proteção e defesa civil, e as práticas de recrutamento da organização; já a segunda trata das querelas entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Estado, procurando situar as interações nas lutas concretas. Nas considerações finais há uma síntese dos achados, assim como comentários sobre as configurações entre movimentos sociais, suas bases e o Estado.

## MAB E O EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, CONEXÕES EM TERRITÓRIO ALAGADO

### **Significados da solidariedade: metamorfose de “atingidos-base” para “atingidos-militantes”**

O MAB foi convidado a construir uma cozinha solidária na cidade de Canoas pelo Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul<sup>7</sup>, que “viam que a ajuda não estava chegando a determinados grupos, eles convidaram o MAB para se somar e tentar fazer essa cozinha.” (Entrevistada M.A<sup>8</sup>). Antes disso, o MAB havia organizado cozinhas solidárias apenas nas enchentes de setembro de 2023 no Vale do Taquari, contudo, não tinha militantes com experiência prévia nessa tarefa, que foi construída com organizações parceiras.

Durante as enchentes de 2024, o MAB enviou uma brigada de militantes de outros estados do país para reforçar a atuação, em uma ação de solidariedade “militantes-atingidos”<sup>6</sup> pelos rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho, “foram girados”<sup>7</sup> para o Rio Grande do Sul. A experiência dos “militantes-atingidos” em desastres foi utilizada pela organização para facilitar a identificação com os atingidos das enchentes, assim foi sugerida uma ligação entre o histórico de lutas deste grupo social e a vivência recente da população gaúcha.

O termo “base” na linguagem dos movimentos sociais é dotado de uma certa ambiguidade. Por um lado, base expressa a menor unidade possível da organização, que opera no cotidiano com o corpo de beneficiários. Por outro, é a própria população que constitui a população-alvo da organização, normalmente considerada do ponto de vista da ação concreta. Uma base também pode ser uma localidade de atuação da organização.

A organização afirma ter distribuído 246 mil refeições entre maio e outubro de 2024, um dos motivos para isso foi o número de militantes disponíveis para atuar nas enchentes, que chegou a 132 (Holzbach, 2025). O contingente militante da organização foi apontado como uma das razões para o grande número de doações arrecadadas, pois era capaz de distribuir um número mais elevado do que ONGs, iniciativas privadas e amadoras (Entrevistada M.A, 2024).

A capacidade do MAB de confeccionar e distribuir marmitas assumiu uma importância para além do atendimento direto, a distribuição de viandas constituiu uma tática de divulgação.

---

7 O MAB foi reconhecido como ator principal das cozinhas solidárias por diversos atores no campo, todavia, as cozinhas se estabeleceram em um esforço cooperativo entre dezenas de entidades, que disponibilizaram voluntários, alimentos e dinheiro. O abastecimento da cozinha foi realizado majoritariamente por doações, raramente o MAB precisou custear a produção de alimentos, para isso parcerias com outros movimentos sociais como o Movimento de Pequenos Agricultores e o MST foram importantes, assim como parcerias privadas com um grande frigorífico nacional.

8 Entrevista semiestruturada concedida aos autores virtualmente, em 4 de abril de 2025.

S. é uma atingida do bairro Mathias Velho que teve a oportunidade de almoçar as viandas oferecidas pelo movimento. Coincidemente, a distribuição acontecia na rua de sua residência, a senhora se interessou pela atividade e decidiu conversar com os militantes responsáveis pela tarefa. Durante o diálogo, descobriu que o MAB precisava de mais integrantes para a produção e distribuição de marmitas, por isso se voluntariou. De fato, a maioria dos voluntários<sup>9</sup> na cozinha eram atingidos: “cozinhar, cortar ali o alimento, eram os próprios atingidos dos grupos de Canoas. [...] as pessoas que se voluntariaram” (Entrevistada M.A, 2025).

Esse trabalho a aproximou, junto de seu marido (J.), da militância, a relação entre eles e o MAB se estreitou ao longo dos meses em que perdurou a emergência. O resultado dessa interação foi o recrutamento do casal para o MAB, que integrou um dos oito grupos de base formados na cidade desde maio de 2024. Segundo a militante responsável pela coordenação dos grupos, o MAB tinha cerca de 300 militantes-atingidos na cidade, todos recrutados após as enchentes.

As enchentes produziram uma circunstância em que a maioria das pessoas estava deslocada de suas casas, de modo que as famílias atingidas perderam a possibilidade de produzir autonomamente sua subsistência, o que foi agravado pela situação econômica fragilizada. O desafio da alimentação se tornou uma oportunidade de fomentar relações sociais entre a organização e sua potencial base de atuação.

O ato de compartilhar uma refeição é um modo de confeccionar e reiterar conexões sociais (Carsten, 2007), e, nesse mesmo sentido, a distribuição de alimentos pode ser vista como forma de mediação social. Isso é particularmente verdadeiro quando as famílias estão privadas do lar, em um cenário de desastre em que experienciaram certa nebulosidade da separação entre a vida privada e vida pública.

Nesse contexto de crise, a extensão dos laços sociais transformou a maneira com que os indivíduos interagiam, em geral espera-se que o cuidado seja realizado sob relações pessoais ou profissionais, sendo que a segunda possibilidade é marcada pela impessoalidade. No caso das cozinhas solidárias, essa dicotomia entre serviço pessoal e impessoal é desfeita, as cozinhas eram marcadas por relações de cuidado, realizadas fora do âmbito familiar e que permitiam a construção de novos vínculos pessoais.

As marmitas eram montadas na sede sindical, em um primeiro momento, elas foram

<sup>9</sup> Existe uma dimensão de gênero do voluntariado entre os atingidos que não pode ser ignorada. A maioria dos “atingidos-voluntários” eram mulheres, o trabalho nas cozinhas solidárias envolve uma dimensão do trabalho de cuidado e a reprodução de papéis sociais femininos que favorece o recrutamento de mulheres para essa tarefa. Os desastres rompem com a vida cotidiana possibilitando processos de sofrimentos psicossociais nos indivíduos, para as mulheres a ruptura com a vida doméstica pode afetá-las de especificamente (Marchezini; Forini, 2019), nesse sentido, as cozinhas solidárias permitem às voluntárias a reprodução simulada de um papel social cotidiano (Gomes, 2024).

distribuídas nas ruas dos bairros de Canoas por “militantes-atingidos” do MAB que integravam a brigada nacional. Esses militantes iniciavam o contato com os atingidos, convidando-os a participar das cozinhas e de reuniões:

Enquanto os militantes entregavam as marmitas, eles falavam com as pessoas: “olha você é um sujeito atingido, precisamos ir para a luta, precisamos se colocar na condição de atingido, vamos buscar, vamos pra luta pela moradia, reforma...”. Desse jeito tentamos convencer as pessoas da necessidade da luta para garantir a sua reforma, a partir daí a gente começa a convidar as pessoas: “quem sabe a gente marca uma reunião para explicar quais são os direitos dos atingidos” (Entrevistada M.A, 2025)

A distribuição de marmitas se tornou um ponto de encontro que aproximava “atingidos-voluntários”, atingidos e a organização, prescindindo da ligação exclusiva entre o trabalho de cuidado doméstico e a pessoalidade. Por conta disso, o alimento abriu espaço para o recrutamento na organização, funcionando como um mediador (Latour, 2012) que comunica o acolhimento, o compartilhamento da experiência de atingido, solidariedade de classe e a esperança de um futuro coletivo.

Em um segundo momento, a distribuição saiu das ruas das cidades<sup>10</sup> para se concentrar em residências de “atingidos-voluntários”: “No início foi assim, na rua. [...] [Depois] no bairro tinha um ponto que a gente entregava, por exemplo, na casa da S. a gente deixava 200 marmitas e o pessoal fazia fila para pegar suas marmitas” (Entrevistada M.A, 2025). Os “atingidos-voluntários” cediam suas residências para distribuir marmitas, o MAB tomava conhecimento de quais atingidos as disponibilizavam pelas próprias redes de contato locais:

A gente tinha o C., que foi um dos voluntários da cozinha. Ele disse que no Bairro Harmonia conhecia uma amiga que podia receber as marmitas, então a gente centralizava naquele bairro. Aí depois o D. disse: “na Rio Branco, tem uma conhecida que pode receber a marmita” (Entrevistada M.A, 2025).

As ações de solidariedade do MAB dependiam da comunicação informal realizada pela comunidade local atingida, essas redes informavam a logística enquanto divulgavam os locais de distribuição de alimentos para os atingidos, ou seja, disseminavam a atuação das organizações responsáveis:

Conforme aconteciam as entregas nos bairros, nos grupos, por exemplo: depois daquela entrega, digamos, que tinham vinte marmitas pra esse bairro, só que chegava na hora de entregar e tinham mais trinta pessoas na fila, além das 20 preparadas.

---

10 A cozinha solidária de Canoas distribuía marmitas na zona norte de Porto Alegre, no bairro Sarandi e na Ilha do Marinheiro, no bairro Arquipélago. Em ambas as localidades foram formados grupos de base do MAB a partir da tática discutida no artigo.

Então, assim, já era cinquenta marmitas [necessárias] (Entrevistada M.A. 2025).

A partir de agosto, o MAB passou a organizar os atingidos recrutados em grupos, cada um era coordenado por um “atingido-militante”, normalmente lideranças locais reconhecidas antes das enchentes, eleitas pelo grupo de base. Os grupos de base eram acompanhados<sup>11</sup> por dois dirigentes do MAB, eles auxiliavam a organização das pautas e intermediavam as ações estratégicas. Cada dirigente acompanhava diversos grupos, na época das entrevistas a militante entrevistada acompanhava oito grupos em Canoas.

Aqueles “atingidos-voluntários” que disponibilizaram suas residências para distribuição de marmitas se tornaram lideranças de seus grupos de base:

[Essas pessoas] São as nossas referências ali dentro dos bairros, que organizam o grupo, organizam pra luta, quando a gente recebe alguma doação, é nesses lugares que a gente marca reunião, fazemos reunião, fazemos entrega, é nesse espaço. São pessoas que hoje são coordenadoras e a referência ali pro grupo delas (Entrevistada M.A, 2025).

Quando os autores visitaram a casa de S., as reuniões do grupo de base ocorriam em sua residência, que se transformou em um ponto de distribuição de doações arrecadadas. A metodologia dos encontros era guiada por debates sobre os direitos dos atingidos, discussão das “pautas” de reivindicação a partir da realidade do bairro, distribuição de doações e cestas básicas<sup>12</sup>.

Atingidos ressaltaram a conexão e os significados do amparo do MAB às suas famílias, reiterando os laços sociais criados. Uma das entrevistadas afirmou que em seu bairro houve uma atuação tímida do Estado, limitando-se aos resgates do exército, em sua visão, o MAB foi a única organização da sociedade civil que apoiou a sua comunidade. A rede de solidariedade criada levou S. a comentar que “quem mais fez a diferença nas enchentes foi o povo, foi o povo pelo povo” (Entrevistada S., 2024). Essa contraposição entre a ausência do Estado e o movimento social favorece o pertencimento à organização.

O movimento tem um objetivo formativo em suas ações de solidariedade, os atingidos não são apenas beneficiários de uma ação, são convocados constantemente a se envolver com as atividades da organização. Em um primeiro momento, o envolvimento se expressava na

<sup>11</sup> O léxico do MAB utiliza a palavra “coordenador/a” tanto para a liderança do grupo de base quanto para a liderança do que acompanha os grupos, na entrevista a militante caracterizou essa segunda função como “coordenação mais geral”. Para evitar confusões os autores optaram por chamar a primeira função de coordenador/a e a segunda de dirigente.

<sup>12</sup> O MAB acessou cestas básicas por editais de empresas de economia mista, como a Petrobrás, Eletrobrás e em um caso com a Fundação Banco do Brasil.

participação das ações de solidariedade, em um segundo, como militante.

O atingido entra em contato com o MAB na condição de atingido-base, que faz parte do grupo social de pessoas que sofreram com um evento climático extremo. Nessa condição, o MAB se aproxima dele como um provedor de doações e refeições, ou seja, ele é ainda parte de um repositório de mobilização em potência, ele faz parte da “base”.

O recrutamento para a cozinha solidária coloca os atingidos em uma posição intermediária de voluntariado, mas não se considera essa posição ainda como a de um militante, tratando-se de uma porta de entrada. Pode-se chamar essa condição de “atingido-voluntário”, caracterizada pela figura do atingido que se insere em atividades diversas de voluntariado. Essa condição foi comum nas enchentes do Rio Grande do Sul, por causa da dimensão do evento climático, diversos atingidos se mobilizaram autonomamente ou ligados a uma organização para ajudar a população atingida. S. e J., por exemplo, iniciaram seu voluntariado em um Centro de Tradições Gaúchas que um grupo de amigos participava, lá cozinhavam carne para os atingidos.

Outro caso significativo está na Praia do Lami, quando um mecânico náutico organizou ações de doação e cozinhas solidárias enquanto era ele mesmo um atingido. Portanto, o atingido-voluntário não é uma figura exclusiva do MAB, é uma característica das enchentes de maio de 2024, quando a emergência fez emergir o voluntariado como reação às enchentes.

A particularidade do MAB é a aposta na mobilização dos “atingidos-voluntários”, atribuindo a eles o papel de liderança. Esse processo é realizado pelos dirigentes do MAB, que instruíram os líderes de grupo para que estes assumissem as tarefas de entrar em contato com as bases. S. é uma figura interessante porque ela passou da posição de uma “atingida-voluntária” para “atingida-militante”, organizando reuniões e doações que conectam as ações do MAB ao seu bairro. Os atingidos foram contatados pela organização com a intenção de produzir a transformação em “atingido-militante”, categoria caracterizada pela vinculação entre o atingido, seu trabalho voluntário e a organização, da qual ele passa a fazer parte.

O “atingido-voluntário” se caracterizava por uma vinculação com o problema da base, não necessariamente estava investido nos objetivos da organização do movimento social. O “atingido-militante”, por sua vez, atuava não só com a causa em mente, sua ação expressa também os objetivos do MAB. Essa passagem foi mediada pela criação de redes de solidariedade, que possibilitaram a vinculação emocional, moral e política com a organização. Por conta disso, as ações de solidariedade são, ao mesmo tempo, formas de resistência, sobrevivência e uma tática de recrutamento e engajamento de atingidos, é uma prática que produz formas de reciprocidade entre atingidos e movimento (Boivin; Rosato, 1998).

A passagem de “atingido-voluntário” a “atingido-militante” é caracterizada pela alteração da posição social junto ao MAB. No momento do ingresso, o atingido cumpre tarefas operacionais restritas à solidariedade, ligadas às cozinhas solidárias, como organização de listas,

cortar batatas e entregar marmitas. Quando militantes, surgem atividades de autoconstrução do movimento – como reuniões e formações políticas – e reivindicativas, como marchas e negociações coletivas.

O processo de engajamento dos atingidos nas atividades dos movimentos sociais também pode ser pensado como aprendizado, em que os atingidos se apropriaram das ferramentas políticas dos movimentos sociais para navegar em meio à crise irradiada pelo desastre (Zhouri; Azevedo, 2024). Trata-se de um “aprender a ser atingido” (Zhouri *et al.*, 2017), que passa por práticas de solidariedade, de autoconstrução, de reivindicação e, como veremos a seguir, de interpretar o Estado em sua heterogeneidade.

### **O MAB e a heterogeneidade do Estado**

Movimento social e população-alvo se conectaram por meio da solidariedade, porém, a cozinha solidária não é um fim em si mesma, mas pretende organizar os atingidos para a “luta”, entendida como conjunto de práticas reivindicativas perante o Estado. Com isso, o MAB conecta o aprendizado de ser um “atingido” (Zhouri; Azevedo, 2024) ao seu entendimento do Estado, marcado pela capacidade de pensar e explorar a heterogeneidade estatal para avançar suas pautas.

Aparentemente, o Estado é representado como uma entidade adversária ao Movimento dos Atingidos por Barragens, que responsabiliza a inércia de diferentes esferas governamentais (municipal, estadual ou federal) pela gravidade das enchentes:

Passaram-se oito meses desde a primeira encheente, em setembro [de 2023]. Bilhões de reais foram disponibilizados pelo governo federal para ações de reparação, mas o que vimos agora é que não havia sequer transporte ou alojamentos estruturados para os atingidos nessa nova encheente [maio de 2024]. Então, precisamos ampliar os mecanismos de pressão sobre os governos, sobre os responsáveis a nível municipal, estadual ou federal, para que se resolva a questão dos atingidos por essa desgraça climática de forma definitiva (Coletivo Nacional de Comunicação do MAB, 2024).

A organização pressionou constantemente representantes do poder executivo por conta da insuficiência e incerteza na aplicação dos recursos de políticas públicas. As prefeituras foram duramente criticadas em função de seu papel como mediadoras “burocratizadas” dos programas de auxílio e reconstrução, e o MAB colocou sob dúvida os critérios de reconhecimento de atingidos e aplicação dos recursos:

Sequer o direito ao acesso ao aluguel social está sendo aplicado de forma universal e transparente por parte das prefeituras. Não é suficiente e adequado deixar a responsabilidade da reconstrução dessa região [Vale do Taquari] exclusivamente nas mãos das prefeituras (Coletivo de Comunicação MAB RS, 2023).

O MAB definiu as políticas públicas de reconstrução como morosas e ineficazes, por

isso, propôs a mobilização popular que culminou na 47<sup>a</sup> Romaria da Terra, em Arroio do Meio. Essa marcha demandou moradia digna e segura, participação social na elaboração de planos de emergência e adaptação às mudanças climáticas, fornecimento de alimento, água e energia de qualidade e reconstrução de equipamentos públicos (Coletivo de Comunicação do MAB RS, 2025). Nessa mobilização, a organização vê no governo a instituição responsável por atender às demandas, o objetivo é abrir o diálogo.

Eu acho assim, a gente avalia que ainda vai ser uma luta muito grande para que essas pessoas realmente tenham onde morar. Para o Vale do Taquari as pessoas estão lá totalmente sem casa, sem ter para onde ir, sem promessa de casa. Vamos fazer o que ali? É luta, luta, luta, luta. [...] Cadê esse dinheiro que foi destinado para a compra de casas? É isso que a gente vai atrás todo dia. Quando a gente vai para uma assembleia, quando vai para uma reunião. Eles dizem: “A culpa foi do dique. Ninguém tem culpa”. Essa é a resposta. Não, a culpa não foi do dique, o dique não extravasou, o dique rompeu por falta de manutenção! Então sim, temos culpados. Não foi a chuva a culpada (Entrevistada M.A, 2025).

Uma controvérsia entre Estado e movimento social é interessante para pensar como esse agenciamento é localizado contextualmente. O Estado aparece como um agente de repressão perante algumas populações atingidas, no bairro Sarandi, 57 moradias em uma rua próxima às obras do dique do Arroio Sarandi foram colocadas na lista de demolição pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB). Por conta disso, 24 famílias organizadas pelo MAB optaram por não desocupar suas residências sem que a prefeitura encontrasse uma alternativa de moradia.

Contra essa ação de despejo, o MAB mobilizou os atingidos para protocolarem um pedido de reunião com o Gabinete do Prefeito Sebastião Melo, o Departamento Municipal de Habitação (DEHMAB) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A reunião objetivou negociar alternativas de moradia para a população a ser despejada, indicando a propensão da organização a alternativas negociadas, nas quais ela oferece uma mediação entre os atingidos e o poder executivo municipal.

Posteriormente, foi criada uma coalizão entre o MAB, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), a Comissão Fiscaliza Sarandi, a Associação de Moradores Atingidos pela Enchente, o mandato da vereadora Juliana Souza (PT) e a Defensoria Pública<sup>13</sup>. A aliança misturou ações legais e diretas: foi realizada uma vigília em frente às residências ainda ocupadas para impedir a ação das máquinas de demolição. A prefeitura de Porto Alegre encaminhou um processo judicial para solicitar a retirada dos moradores; nesse pedido, a coalizão atuou para impedir as demolições.

---

<sup>13</sup> VITÓRIA no Sarandi. **Instagram**. [s. l.], 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DHo6ffSyQD6/?igsh=MWttbnVnOXVlM3kzdQ%3D%3D>. Acesso em: 3 abr. 2025.

No dia 25 de março de 2025, uma decisão judicial favorável às famílias foi publicada, e o Poder Judiciário determinou a imediata suspensão de obras no trecho em que o dique representa ameaça à integridade física dos moradores<sup>14</sup>. De acordo com Carlos (2019, 2020), não é a primeira vez que o MAB se aliou a entidades públicas para lutar pelos direitos dos atingidos. No desastre de Mariana, a organização se aliou ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública que auxiliaram o movimento social na formação do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce.

O MAB ingressou em outra ação civil pública do MPF contra nove municípios do Vale do Taquari, a União e o estado do Rio Grande do Sul, para que esses entes reconheçam sua contribuição para os danos causados pelos eventos climáticos em setembro de 2023 e maio de 2024 (Holzback, 2025; Brasil, 2024). Nos casos relatados, fica evidente uma interação contextual, pois são os atores estatais que têm o poder de atender às demandas dos atingidos, por isso é estratégico o estabelecimento de diálogo:

Queremos protocolar a pauta dos atingidos na prefeitura para ver se temos algumas respostas, ver se o prefeito lê pautas dos atingidos, se dialoga com a gente no que está sendo feito. É difícil o diálogo com o prefeito de Canoas, é um prefeito do PL. [...] O objetivo é que as prefeituras nos escutem. Que marquem uma reunião, façam alguma fala. É difícil tanto Porto Alegre quanto Canoas (Entrevistada M.A, 2025).

A indisposição das prefeituras ao diálogo motivou o MAB a ação direta. A entrevistada discute a possibilidade de fazer atos em frente à prefeitura de Canoas, cita a marcha do dia 8 de março de 2025, assim como propostas futuras de um ato de um ano das enchentes de 2024 e uma marcha das mulheres atingidas a Brasília. Esse repertório de ações extra institucionais é um complemento às ações institucionais, e procura fortalecer as possibilidades de negociação com o Poder Executivo.

Quando houve cooperação entre Estado e MAB, ela ocorreu pela construção de coalizões conjunturais, com a Defensoria Pública e o mandato de uma vereadora. Do mesmo modo, os espaços legislativos são vistos com ambiguidade: “Dialogamos com parlamentares. Inclusive somos convidados para ir a algumas reuniões na Assembleia, nos escutam, mas sem nenhum resultado” (Entrevistada M.A, 2025).

Outra forma de interação com o Estado é a representação e mediação jurídica dos atingidos, pois o MAB emprega advogados próprios e aliados. Esse foi o caso da “Rua Aderbal Rocha Fraga”, em que a prefeitura prometeu à população acesso ao Programa Compra Assistida,

---

14 JUSTIÇA nega pedido da prefeitura de Porto Alegre para retirada de moradores do bairro Sarandi. **Zero Hora**, [s. l.], 26 mar. 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2025/03/justica-nega-pedido-da-prefeitura-para-retirada-de-moradores-do-bairro-sarandi-cm8pv38eb00nu013cuuhjd814i.html>. Acesso em: 3 abr. 2025.

Aluguel Social e Estadia Solidária. Nesses casos, a assessoria jurídica é também uma maneira de mobilizar os atingidos para ações extra-institucionais:

Temos parcerias com advogados, que inclusive é o T. que acompanha o Sarandi. Ele costuma também participar das reuniões. Tanto das reuniões do grupo, como das reuniões quando tem algum acordo. Quando a prefeitura vai tentar fazer algum acordo com o pessoal do Sarandi o T. costuma acompanhar, para ver o que é bom, o que não é. [...] É nesse apoio que o pessoal entende quais são as propostas, o que está sendo oferecido. Tem pessoas que assinam para sair. Mas os grupos de atingidos do MAB não, estão firmes e fortes. É chave por chave (Entrevistada M.A, 2025).

Na prática, não há separação entre ações institucionais de diálogo com o Poder Executivo e ações diretas de combate, pois a organização maneja os repertórios de ação com o intuito de satisfazer a “pauta dos atingidos”, fazendo coexistir negociação e conflito. Os advogados servem para deixar aberta a possibilidade de fechar um acordo, mas também para instruir os atingidos a lutar, a construir vigílias e a resistir às demolições e às imposições legais da prefeitura.

A demanda de “chave por chave” reitera e atualiza a demanda originária do movimento de “terra por terra” (Sigaud, 1989), demonstrando uma continuidade entre a vocação originalmente rural do movimento e a atualização das lutas dos atingidos para o meio urbano. Essa resistência faz parte do repertório do MAB há décadas e foi atualizada para a realidade dos eventos climáticos extremos.

Dependendo da entidade estatal que estamos tratando, o Estado pode ser entendido como um aliado ou um adversário. A prefeitura de Porto Alegre assumiu um papel repressivo no caso da “Rua Aderbal Rocha Fraga” ao ameaçar a demolição das moradias e processar as famílias, assim como ao se fechar às tentativas de negociação do MAB. Por isso, os atingidos-militantes afetados pela possibilidade da demolição optaram pela via da ação direta, realizando vigílias para impedir o avanço dos tratores.

Ao mesmo tempo, os atingidos-militantes e o MAB construíram alianças com determinados atores inseridos no Estado para se defenderem judicialmente perante os avanços da prefeitura. Cada ator estatal implica agenciamentos específicos com o movimento social, cuja definição se dá justamente pelo desenrolar de suas relações.

Essa perspectiva frequentemente entra em conflito com visões essencializadas do Estado, sustentadas por vínculos afetivos dos atingidos com figuras do Poder Executivo — como os prefeitos de Porto Alegre e Canoas — que, por vezes, personificam a estrutura estatal, gerando tensões internas na atuação do movimento (Entrevistada M.A, 2025).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu de dados empíricos coletados em campo, na internet e em entrevistas semiestruturadas para discutir uma nova modalidade de inserção social de um movimento social. O evento climático extremo — assim como outras crises humanitárias — abre a possibilidade de atuação de organizações da sociedade civil enquanto agentes de proteção e defesa civil, o que está incluído na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), porém sem menção específica aos movimentos sociais.

O texto procurou entender as práticas de resposta ao desastre empregadas pelo MAB como parte de uma estratégia de enraizamento, além de descrever as relações entre movimento social e Estado a partir da noção de heterogeneidade estatal. Os atingidos foram progressivamente integrados em atividades, primeiro naquelas envolvidas com a cozinha solidária, como “atingidos-voluntários” e, posteriormente, como “atingidos-militantes”. Nesse processo, os atingidos foram implicados em processos de apropriação do “ser um atingido”, entendido como um grupo social (Vainer, 2008).

O Estado aparece como interlocutor primário do MAB, e suas reivindicações e conflitos passam por suas interações. Para analisar essas relações, partiu-se da noção de Estado heterogêneo (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014), sob a qual os movimentos sociais e o Estado são considerados actantes instáveis que se definem relationalmente (Rosa; Penna; Carvalho, 2020), a partir dos seus contextos de interação.

Enquanto a ação do movimento social na crise irradiada tem potencial para ser um componente integral da resposta a desastres, a atuação do Estado tem uma temporalidade de resposta distinta. Enquanto a sociedade civil e os movimentos sociais conseguem amparar imediatamente os atingidos com alimento, atendimento e até mesmo busca e resgate, o Estado depende de trâmites burocráticos e disputas políticas para alocar recursos. Além disso, os órgãos estatais tendem a assumir a responsabilidade singular pela reconstrução quando a sociedade civil diminui seu engajamento comunicacional e solidário.

O movimento social se situa no interstício entre ações emergenciais e de longo prazo (como a reconstrução), pois atende imediatamente a população no momento mais crítico de apoio à sobrevivência, e, ao mesmo tempo, se enraíza e qualifica politicamente a população atingida. Nesse sentido, o desastre pode ser lido como *locus* privilegiado de observação, pois há uma disputa sobre a distribuição tanto dos danos quanto dos recursos ambientais e estatais.

A particularidade dos movimentos sociais é que suas ações de solidariedade estão acompanhadas de uma estratégia de inserção social. Cozinhas solidárias são uma tática de expansão das bases de atuação do movimento social, o que configura os eventos climáticos

extremos como uma oportunidade (Ballard *et al.*, 2019; Gunewardena, 2008), que permitiu o enraizamento do MAB no Rio Grande do Sul.

No caso específico do MAB, a capacidade de responder ao desastre possibilitou a formação de laços com a base social do movimento, com destaque para a distribuição de refeições prontas como um instrumento significativo de recrutamento. Essa vinculação entre movimento social e atingidos criou oportunidades para que estes se identificassem com o MAB, tornando-se “atingidos-voluntários” e depois “atingidos-militantes”.

Os vínculos criados pelas cozinhas solidárias possibilitaram relações duradouras, demonstradas pelo fato de que, desde novembro de 2024 até abril de 2025, o MAB ampliou o número de grupos de base em Canoas de seis para oito. Aliás, os grupos de base organizam especificamente os atingidos, com o intuito de formar lideranças autônomas das direções que os criaram, que possam auto-organizar suas imediações para a defesa de seus direitos e interesses.

Portanto, o voluntariado é uma mediação para alcançar um objetivo político do movimento, enquanto outras iniciativas da sociedade civil podem optar pelo voluntariado como um fim em si mesmo, ou, constituírem outros interesses, como é o caso de organizações privadas e igrejas. A solidariedade prestada ao Vale do Taquari em 2023 se seguiu com sua expansão para diversas regiões do estado em 2024, ainda que o artigo tenha restrito o recorte à região metropolitana.

O enraizamento social do MAB é inseparável do Estado, não como ente monolítico abstrato, mas como heterogeneidade de atores sociais que interagem distintamente com os movimentos sociais. Para isso, o artigo assumiu uma literatura que estudou as interações entre movimentos sociais e Estado em contextos institucionais, como estabelecimento de políticas públicas.

Os dados empíricos permitem dizer que as interações entre Estado e movimento social se configuram contextualmente, os atores dos movimentos sociais podem explorar redes de contato informais com atores do Estado para avançar seus objetivos. A depender dos agenciamentos, o Estado pode ser entendido como um aliado ou um adversário, com capacidade de se conectar aos atores estatais incluídos nas relações.

Como abordam nossos entrevistados, o MAB pretende avançar uma “pauta dos atingidos” que só pode ser satisfeita pelo Estado, como órgão responsável pelo atendimento de demanda, ainda que seja um dos culpados da intensidade das enchentes. Nesse sentido, o caso é similar ao rompimento da barragem do Fundão, pois o Estado ocupa essa posição ambígua de atendimento à população e intensificador do conflito.

O Estado também assume uma função identitária na política do MAB, pois, como explicam Ribeiro e Morais (2018), a identidade de atingido é forjada a partir de um inimigo ou conjunto de inimigos em comum. O não-atendimento da população dos bairros atendidos pelo

MAB e os departamentos da prefeitura que pretendem demolir as casas surgem como figuras antagônicas, que potencialmente fortalecem identidades comuns e o pertencimento ao grupo de atingidos. Portanto, o MAB se situa no conflito socioambiental como um ator múltiplo, é um agente de proteção e defesa civil, provedor de alimentos, contestador das ações estatais e mediador para a organização comunitária dos atingidos. Nessas vinculações, demonstra pontos de permeabilidade e impermeabilidade do Estado, que dependem da propensão dos atores estatais a cooperarem com o MAB.

Um ponto que deve ser deixado em aberto é a configuração do MAB para conflitos socioambientais no ambiente urbano. É possível que o uso de ações de solidariedade como método de inserção social do movimento seja uma aposta para o futuro da organização, quando os eventos climáticos extremos afetarem mais intensamente as populações urbanas. Além disso, permite indagar sobre a possibilidade de pesquisas que abordem como a experiência prévia do MAB com atingidos por barragens, no que tange à negociação com o Estado, mobilização da população e a organização comunitária, podem ser aproveitadas e, principalmente, inovadas em um novo regime climático. Pois, como estamos aprendendo a viver em um mundo alagado de incertezas, não há respostas prontas sobre os papéis do Estado ou do movimento social organizado quando nossa casa está debaixo d'água.

## REFERÊNCIAS

1. ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>. Acesso em: 7 abr. 2025.
2. ACSELRAD, Henri; CAMPELLO, Cecília, Amaral Mello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
3. AUDI, Amanda; MASCARENHAS, Gregório; LISBOA, Silvia. Sem casa e sem resposta: o drama dos desabrigados após as enchentes no Rio Grande do Sul. **Agência Pública**, São Paulo, 15 out. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/o-drama-dos-desabrigados-apos-enchentes-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 22 fev. 2025.
4. BALLARD, Chris; WILSON, Meredith; NOJIMA, Yoko; MATANIK, Richard; SHING, Richard. Disaster as opportunity? Cyclone Pam and the transmission of cultural heritage. **Anthropological Forum**, [s. l.], v. 30, n. 1-2, p. 91-107, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00664677.2019.1647825>. Acesso em: 6 ago. 2025.
5. BOIVIN, Mauricio; ROSATO, Ana María. Crisis, reciprocidad y dominación.

**PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 7, p. 39-60, 1998.

6. BRASIL. **Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Brasília, DF: DOU, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm). Acesso em: 28 fev. 2025.
7. BRASIL. **Lei Nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Brasília, DF: DOU, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14755.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14755.htm). Acesso em: 29 set. 2025.
8. BRASIL. Ministério Público Federal. MPF ajuíza ação para que o poder público implemente planos de ações para eventos climáticos no Vale do Taquari (RS). **Ministério Público Federal**, Brasília, DF, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/mpf-ajuiza-acao-para-que-o-poder-publico-implemente-planos-de-acoes-para-eventos-climaticos-no-vale-do-taquari-rs>. Acesso em: 3 abr. 2025.
9. CARLOS, Euzeneia. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do rio Doce. **Revista Psicología Política**, Florianópolis, v. 19, n. spe, p. 8-28, 2019. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2019000400002](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000400002). Acesso em: 25 set. 2025.
10. CARLOS, Euzeneia. Protestos, inovação e consequências políticas no desastre do Rio Doce: reconhecimento e participação. In: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia (org.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce**: Atingidos, instituições e ação coletiva. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2022. p. 211-238.
11. CARLOS, Euzeneia; SANTOS, Larissa Galdino de Magalhães. Coalitions and repertoires in the strategic action field of the people affected by the Rio Doce disaster. **International Journal of Mass Emergencies & Disaster**, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02807270241238723>. Acesso em: 25 set. 2025.
12. CARSTEN, Janet. La substancia del parentesco y el calor de hogar: alimentación, condición de persona y modos de vinculación (*relatedness*) entre los Malayos de Pulau Langkawi. In: PARKIN, Robert; STONE, Linda (org.). **Antropología del parentesco y de la familia**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2007. p. 515-542.
13. COLETIVO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Vale do Taquari é destruído pela terceira vez em menos de um ano por conta de extremos climáticos no Rio Grande do Sul. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 9 maio 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/05/09/vale-do-taquari-e-destruido-pela-terceira-vez-em-menos-de-um-ano/>. Acesso em: 26 mar. 2025.
14. COLETIVO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB apresenta reivindicações dos atingidos pelas enchentes do

Vale do Taquari (RS) ao governo federal. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 27 out. 2023. Disponível em: <https://mab.org.br/2023/10/27/mab-apresenta-reivindicacoes-dos-atingidos-pelas-enchentes-do-vale-do-taquari-rs-ao-governo-federal/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

15. COMERFORD, John; ALMEIDA, Luciana; PALMEIRA, Moacir. O mundo da participação e os movimentos rurais: entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: LEITE LOPES, José Sergio; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos Sociais e Esfera Pública**: o mundo da participação. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p. 67-88.
16. FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por barragens. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-128, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG113616227>. Acesso em: 8 abr. 2025.
17. GOMES, Amélia. MAB abre cozinha solidária em Canoas (RS) e distribui 600 marmitas por dia. Canoas. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 21 maio 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/05/21/mab-abre-cozinha-solidaria-em-canoas-rs-distribuindo-600-marmitas-por-dia/>. Acesso em: 26 mar. 2025.
18. GUNAWARDENA, Nandini. Human security versus neoliberal approaches to disaster recovery. In: GUNAWARDENA, Nandini; SCHULLER, Mark (org.). **Capitalizing on Catastrophe**: neoliberal strategies in disaster reconstruction. Plymouth: Altamira Press, 2008. p. 3-16.
19. HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (org.). **Racismo ambiental**: I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 21-28.
20. HOLZBACH, Victória. 11 meses após enchentes de 2024, atingidos enfrentam novos temporais no Rio Grande do Sul. **Movimento dos Atingidos por Barragens**, São Paulo, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://mab.org.br/2025/04/01/atingidos-que-ainda-lutam-por-reparacao-enfrentam-novos-temporais-no-rs/>. Acesso em: 7 abr. 2025.
21. JUSTIÇA nega pedido da prefeitura de Porto Alegre para retirada de moradores do bairro Sarandi. **Zero Hora**, [s. l.], 26 mar. 2025. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2025/03/justica-nega-pedido-da-prefeitura-para-retirada-de-moradores-do-bairro-sarandi-cm8pv38eb00nu013cuhjd814i.html>. Acesso em: 3 abr. 2025
22. LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
23. LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. In: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; SZWAKO, José (org.). **Movimentos sociais e institucionalização**: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição. Rio de Janeiro: EduERJ, 2018. p. 21-86.

24. MARCHEZINI, Victor; FORINI, Henrique Almeida. Dimensões sociais da resiliência a desastres. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 9-28. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i2.13000>. Acesso em: 28 fev. 2025.
25. OLIVER-SMITH, Anthony. Hazards and disaster research in contemporary anthropology. In: WRIGHT, James (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. Orlando: University of Central Florida, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.12188-9>. Acesso em: 6 ago. 2025.
26. PENNA, Camila. Gênese da relação da parceria entre Incra e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 105, p. 115-148, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-115148/105>. Acesso em: 6 ago. 2025.
27. PORTO ALEGRE. Histórico. **Prefeitura de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2025. Disponível em: [https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p\\_secao=63](https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63). Acesso em: 21 fev. 2025.
28. RIBEIRO, Ana Maria Motta; MORAIS, Hugo Belarmino. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens – Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1046-1070, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/32202>. Acesso em: 7 abr. 2025.
29. ROSA, Marcelo; PENNA, Camila; CARVALHO, Priscila. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2020.3.36757>. Acesso em: 6 ago. 2025.
30. SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008. [s. p.].
31. SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional: UFRJ, 1986. p. 2-66.
32. STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
33. TEMPORAL no RS: “É o maior desastre climático do estado”, diz Leite; Lula afirma que não faltará recurso. **G1**, [s. l.] 2 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/eduardo-leite-coletiva-temporal-rs.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2025.
34. VAINER, Carlos. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Editora UFV, 2008. p 39-63.
35. VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-7579.v20n1.13333>. Acesso em: 22 abr. 2025.

**Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.06792014>. Acesso em: 6 ago. 2025.

36. VITÓRIA no Sarandi. **Instagram**, [s. l.], 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DHo6ffSyQD6/?igsh=MWttbnVnOXVlM3kzdQ%3D%3D>. Acesso em: 3 abr. 2025.
37. ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres na mineração em Minas Gerais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 29, n. 66, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e660601>. Acesso em: 6. maio 2025.
38. ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. **Vibrant**, Florianópolis, v. 14, n. 12, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p081>. Acesso em: 6 ago. 2025.
39. ZHOURI, Andréa; AZEVEDO, Eduarda Binder Munair. Las voces de las mujeres en el desastre de la Samarco: procesos de acuerpamiento y apoderamiento frente al neoextractivismo en Brasil. **Vibrant**, Florianópolis, v. 21, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590%2F1809-43412024v21d601>. Acesso em: 6 ago. 2025.

*Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa*

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná, vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento e em Sociologia. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6304-3831>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Revisão. E-mail: rodolfolobato@ufpr.br

*Vinícius Corrêa*

Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2668-6296>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados e Redação. E-mail: vinicius.correa@ufpr.br